



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Mensagem nº.016/90-nmr

Cordeirópolis, 17 de abril de 1990.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Estamos nesta oportunidade, encaminhando para apreciação e deliberação dessa Egrégia Casa de Leis, em regime de urgência de trinta (30) dias (art. 53, da LOMC-de 05.04.90), o incluso Projeto de Lei nº.016/90-PMC, de 17.04.90 - que dá nova redação ao artigo 7º da Lei Municipal nº.1548, de 25.08.89 (que autoriza o Executivo Municipal a promover e executar o Loteamento Popular - denominado de "Jardim Progresso", desta cidade).

A presente iniciativa visa propiciar ao adquirente de lote naquele Loteamento, condição para se candidatar a um financiamento - através da Caixa Econômica Federal ou da Nossa Caixa Nosso Banco S.A., destinado a construção de sua moradia, cumprindo, assim, - com o que dispõe o §3º do artigo 5º da Lei nº.1548, isto é, com a obrigação de construir.

Tratando-se, pois, de matéria autoexplicativa e de relevante interesse social para o nosso Município, contamos com o irrestrito e necessário apoio dos nobres Edís, no sentido de sua plena aprovação.

Renovamos ao ensejo, os nossos protestos de distinta consideração e real apreço.

Atenciosamente,

  
ODAIR PERUCHI  
-Prefeito Municipal-

À Sua Excelência o Senhor  
JOSÉ VALTER MASCARIM  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
CORDEIRÓPOLIS - S.P.

-----





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PROJETO DE LEI Nº.016  
DE 17 DE ABRIL DE 1 990

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº.  
1548, DE 25.08.89 - NA FORMA QUE ESPECI  
FICA

ODAIR PERUCHI - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,  
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - O artigo 7º da Lei Municipal nº.1548, de 25.08.89( que autoriza o Executivo Municipal a promover e executar o Loteamento Popular denominado de "Jardim Progresso"), passa a vigorar com a seguinte redação:

" Artigo 7º - Satisfeita as condições do §3º do artigo 5º desta lei e, quando se tratar de financiamento através da Caixa Econômica Federal ou da Nossa Caixa Nosso Banco S.A., para a construção de moradia residencial, o Executivo Municipal - liberará o adquirente do lote, para todos os fins de direito, outorgando-lhe escritura definitiva por instrumento público, cujas despesas correrão à conta do comprador.

§ 1º - No caso de financiamento, a que alude o presente artigo, essa condição deverá estar expressa na escritura definitiva, sob pena de nulidade do ato, e a ela se vincula para todos os efeitos legais, a documentação liberatória do financiamento expedida pela instituição financeira competente.

§ 2º - Não ocorrendo a efetivação do aludido financiamento, a escritura definitiva torna-se-á nula para todos os efeitos, retornando ao adquirente a obrigação de cumprir com o que determina o §3º do artigo 5º desta lei."

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 17 de abril de 1990.

ODAIR PERUCHI  
-Prefeito Municipal-





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

LEI Nº.1548

DE 25 DE AGOSTO DE 1 989

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER E EXECUTAR LOTEAMENTO POPULAR, DENOMINADO DE "JARDIM PROGRESSO", NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODAIR PERUCHI - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Cordeirópolis autorizado a promover e executar o Loteamento Popular, que fica denominado de "Jardim Progresso", objeto de desapropriação amigável, através do Decreto nº.1128, de 06.07.89- na forma prevista pela presente lei.

Parágrafo Único - O Loteamento de que trata o presente artigo, será constituído de 1016 (mil e dezesseis) lotes e 37 ( trinta e sete) quadras, correspondendo a 214.513,12 m2 (duzentos e catorze mil, quinhentos e treze metros quadrados e doze décimos quadrados).

Artigo 2º - A alienação dos lotes sorteados conforme dispõe o artigo 4º, desta lei, será feita independente de licitação e observará as seguintes modalidades:

- as vendas, preferencialmente, se destinarão a:

a)- às pessoas físicas que residem ou trabalhem no Município, que não possuem propriedade (casa e terreno);

b)- às pessoas jurídicas estabelecidas ou não no Município, desde que, as aquisições se destinem a construção de moradia - para seus empregados; e,

c)- concluídas as etapas "a" e "b", o resíduo poderá ser alienado, nas seguintes condições:

c.1)- à menores residentes ou que trabalhem no Município, com idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos- na data da venda- assistidos pelo respectivo responsável legal, cujo com  
continua .....





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROÓPOLIS

lei nº.1548-25.08.89

-continuação-

fls.02

promisso de, observas as exigências da presente lei fiquem expressos no contrato de venda e compra (inclusive letra "a") , na seguinte modalidade: PPM: à NCz\$10,00 (dez cruzados novos) o metro quadrado e PPB: à NCz\$7,50 (sete cruzados novos e cinquenta centavos);

c.2)- à pessoas aqui residentes, que sejam proprietárias de imóveis, com o compromisso de assumir as exigências da presente lei, na seguinte modalidade: PPM: à NCz\$11,90 (onze cruzados novos e noventa centavos) o metro quadrado e PPB: à NCz\$ 9,52 (nove cruzados novos e cinquenta e dois centavos) o metro quadrado; e,

c.3)- às pessoas físicas não residentes no Município, - após concluídas as etapas "c.1" e "c.2", na seguinte modalidade: PPM: à NCz\$11,90 (onze cruzados novos e noventa centavos) o metro quadrado e PPB: à NCz\$ 9,52 (nove cruzados novos e cinquenta e dois centavos);

Parágrafo Único - As modalidades de pagamento descritas nas etapas "c.2" e "c.3" entende-se pagamento à vista.

Artigo 3º - As condições de venda dos lotes, obedecerão ao seguinte plano:

a) PPB(PLANO POPULAR BAIXO): à vista, pelo preço de NCz\$ 7,50 (sete cruzados novos e cinquenta centavos), quando alienados às pessoas físicas, relativamente às quadras: de "24" a "36" do loteamento;

b) PPM(PLANO POPULAR MÉDIO): à vista, pelo preço de NCz\$ 10,00 (dez cruzados novos), quando alienados às pessoas físicas, relativamente às quadras: de "03" a "05"; de "08" a "10"; de "13" a "15"; de "19" a "23";

c) PE(PLANO EMPRESÁRIO): à vista, pelo preço de NCz\$10,00- (dez cruzados novos), quando alienados às pessoas jurídicas, - relativamente às quadras "01" e "02"; "06" e "07"; "11" e "12"; e, "16" e "17";

d) PC(PLANO COMERCIAL): alienados por licitação, quando se tratar de área comercial, pelo valor mínimo de NCz\$20,00(vinte cruzados novos) o metro quadrado, relativamente a quadra - "18";

continua .....





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROÓPOLIS

lei nº.1548-25.08.89

-continuação-

fls.03

e) VE(VENDAS ESPECIAIS): às pessoas com comprovada insuficiência de recursos, submetidas previamente a triagem sócio-econômica do Departamento competente da Prefeitura, definidas por ato do Poder Executivo;

f) VENDAS A PRAZO: pelo preço de NCz\$10,00 (dez cruzados novos) o metro quadrado, sendo 50% (cinquenta por cento) no ato da venda e mais duas parcelas de 25% (vinte e cinco por cento) nos dois meses subsequentes, corrigidas pelo BTN (Bônus do Tesouro - Nacional) mensal, destinadas as pessoas jurídicas, nas condições preconizadas na letra "b", do artigo 2º, da presente lei.

Parágrafo Único - Com exceção da letra "e" do presente artigo, - os valores expressos em cruzados novos, a partir de 1º de setembro do corrente exercício, ficam convertidos em BTN fiscal ou outro indexador que o substitua, adotado pelo Governo Federal.

Artigo 4º - A alienação dos lotes, objeto desta lei, se dará por contrato particular de compromisso de venda e compra, independente de licitação, razão pela qual, se utilizará o critério de sorteio em público, entre os selecionados através da inscrição.

Parágrafo Único - Os lotes de terreno destinados às pessoas jurídicas terão o critério de escolha convencionado entre os próprios interessados ou por decisão do Executivo Municipal.

Artigo 5º - Os lotes de terreno, objeto desta lei, não terão área inferior a 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº.6766, de 19 de dezembro de 1979.

§ 1º - não será permitida em hipótese alguma, o parcelamento dos lotes, de que trata o presente artigo.

§ 2º - será fornecido gratuitamente e devidamente aprovado, projeto de construção aos adquirentes, para metragem até 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados);

§ 3º - o adquirente fica obrigado a construir prédio residencial com área mínima de cinquenta (50) metros quadrados;

§ 4º - o prazo de construção não poderá ultrapassar a cinco (5) anos, podendo, a critério da Administração Municipal, ser prorrogado;

continuação ...





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROÓPOLIS

lei nº.1548-25.08.89

-continuação-

fls.04

§ 5º - fica vedado, ao adquirente, a venda ou transferência do lote, antes de se obter o competente "Habite-se", relativo a obrigação prevista no § 3º deste artigo.

§ 6º - o não cumprimento do contrato importará na retrocessão do imóvel ao Patrimônio Municipal, sem que caiba ao adquirente quaisquer indenizações.

§ 7º - caso o Município retome, por qualquer razão, um ou mais dos lotes negociados, poderá ser reaberto inteiramente o processo de venda em relação aos lotes retomados, obedecendo os termos e condições desta lei.

§ 8º - não poderá ser alienado mais que um lote por adquirente, com exceção dos enquadrados no "Plano Empresário".

Artigo 6º - A Prefeitura se obriga a organizar o Loteamento, - objeto deste lei, na forma preconizada pela Lei nº.1156, de 22.05.81 (com posteriores modificações), no que couber, e, especificamente, executar as seguintes obras e serviços de infra-estrutura:

- a)- abertura de vias de circulação;
- b)- rede de distribuição de água com as respectivas derivações prediais e conforme o caso, o recalque, a adução, reservação d'água e distribuição;
- c)- rede coletora de esgoto com as respectivas derivações prediais e conforme o caso, recalque e adução do esgoto;
- d)- rede de extensão de energia elétrica, inclusive iluminação pública e domiciliar;
- e)- colocação de guias e sarjetas;
- f)- executar, se for o caso, rede de escoamento de água pluviais.

Parágrafo Único - O prazo de execução relativo aos itens "a", - "b", "c" e "d", deste artigo, não poderá exceder a sete (7) meses, salvo se ocorrer casos fortuitos previstos no Código Civil Brasileiro.

Artigo 7º - Satisfeita as condições do § 3º do artigo 5º desta lei, o Executivo Municipal liberará o adquirente do lote, para todos os fins de direito, outorgando-lhe escritura definitiva, -

continua





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

lei nº.1548-25.08.89

-continuação-

fls.05

por instrumento público, cujas despesas correrão à conta do comprador.

Artigo 8º - A fim de atender as obrigações previstas no artigo - 6º, desta lei, especificamente, nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", o Município se obriga a adquirir material necessário, utilizando-se para isso, dos recursos financeiros provenientes das vendas a vista do Loteamento em questão ou oriundos de convênios firmados com o Governo do Estado ou da União, ou ainda, através de recursos próprios.

Artigo 9º - Os critérios de cobrança e penalidades na presente lei, serão estabelecidos através de ato do Poder Executivo.

Artigo 10 - Os impostos e taxas imobiliários serão lançados e cobrados a contar de 1º de janeiro de 1990.

Artigo 11 - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial de até NCz\$550,000,00 (quinhentos e cinquenta mil cruzados novos) para atender as despesas com a execução da presente lei.

Artigo 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as eventuais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 25 de agosto de 1989.

  
DDAIR PERUCHI

-Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 25 de agosto de 1989.

  
NELSON MORALES ROSSI

-Diretor Administrativo-

-----





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

DECRETO Nº.1143  
DE 25 DE AGOSTO DE 1 989

ESTABELECE CRITÉRIOS DE COBRANÇA, PAGAMENTO E PENALIDADE, PREVISTOS NA LEI MUNICIPAL Nº.1548, DE 25.08.89 (AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER E EXECUTAR LOTEAMENTO POPULAR, DENOMINADO DE "JARDIM PROGRESSO"), NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODAIR PERUCHI - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, da Lei Municipal nº.1548, de 25.08.89 e,

Considerando:

- as dificuldades e as condições econômicas adversas dos compromissários dos casos especiais;
- as altas taxas inflacionárias vigentes, que só contribuem cada vez mais para o agravamento da situação;
- que o espírito da Lei nº.1548, preconiza o caráter social; e,
- ainda, o que dispõe os artigos 3º, "e" e 9º, da aludida lei,

D E C R E T A

Artigo 1º - Os critérios de pagamento, cobrança e penalidade, para as vendas especiais a prazo, dos terrenos do Loteamento Popular "Jardim Progresso", desta cidade, destinados aos adquirentes ou interessados, com comprovada insuficiência de recursos, já submetidos a triagem sócio-econômica, serão os estabelecidos neste decreto, com estrita observância a Lei Municipal nº.1548, de 25 de agosto de 1989.

Artigo 2º - Fica definido que nos casos especiais, será concedido parcelamento nos pagamentos dos terrenos, com prazo não superior a dez (10) meses.

Artigo 3º - Fica estabelecido que as parcelas mensais, sofrerão acréscimos mês a mês, correspondente a cinquenta por cento(50%)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

decreto nº.1143-25-08-89

-continuação-

fls.02

do índice inflacionário oficial, divulgado pelo Governo Federal.  
Parágrafo Único - O acréscimo do "caput" deste artigo, será incorporado nas prestações mês a mês, de forma acumulativa.

Artigo 4º - O pagamento relativo a entrada, dos casos especiais, será recebido pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A., - até a data fixada pela Prefeitura Municipal, assim como as parcelas mensais.

Parágrafo Único - As prestações ou parcelas deverão ser pagas - impreterivelmente até o dia do seu vencimento, inserido no recibo.

Artigo 5º - Findo o prazo estabelecido, as parcelas que forem quitadas fora do prazo legal, serão acrescidas de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, multa de vinte por cento (20%) sobre o débito corrigido monetariamente pelo índice de variação do BTN (Bônus do Tesouro Nacional) e mais a correção monetária mensal.

Artigo 6º - Se o compromissário antecipar o pagamento das prestações, o saldo poderá ser recebido, acrescido na data, de cinquenta por cento (50%) do índice inflacionário obtido entre a data da aquisição e a do pagamento.

Artigo 7º - O remanescente das alienações, será vendido na forma da lei, através de sorteio e triagem, feita sob a responsabilidade do Departamento de Promoção Social, atualizados os valores do preço do metro quadrado em BTN fiscal.

§ 1º - Fixado o preço, o parcelamento referente aos casos especiais, serão efetuados na forma do artigo 3º e seu parágrafo Único, deste decreto.

§ 2º - Executada a triagem sócio-econômica, o Chefe do Departamento de Obras e Serviços, autorizará o parcelamento.

Artigo 8º - A falta de pagamento de três (3) prestações consecutivas, acarretará ao compromissário, a perda do terreno, sem direito a qualquer restituição.

Artigo 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

continua .....





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

decreto nº.1143-25/08/89

-continuação-

fls.03

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, em 25 de agosto de 1989.

  
ODAIR PERUCHI

-Prefeito Municipal-

Publicado no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 25 de agosto -  
de 1989.

  
NELSON MORALES ROSSI

-Diretor Administrativo-

-----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 51 - CAIXA POSTAL 18  
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

## COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

= P A R E C E R =


REF. PROJETO DE LEI Nº 016/90 PMC 17/04/90

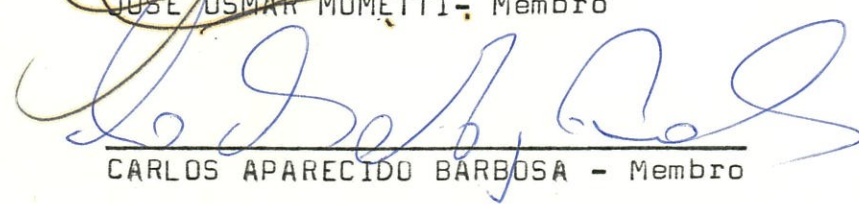
ANALISANDO O PROJETO DE LEI EM EPÍGRAFE, CONSTATAMOS QUE O/MESMO SE ENCONTRA PERFEITAMENTE LEGAL SOB O ASPECTO FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO, HAVENDO PORTANTO CONDIÇÕES PARA A SUA APROVAÇÃO, SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO, SEM RESTRIÇÕES.

É O PARÉCER.

CORDEIRÓPOLIS,

  
\_\_\_\_\_  
ISAIEL JOSÉ FELIPPE - Presidente

  
\_\_\_\_\_  
JOSE OSMAR MOMETTI - Membro

  
\_\_\_\_\_  
CARLOS APARECIDO BARBOSA - Membro





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 51 - CAIXA POSTAL 18  
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

= P A R E C E R =

REF. PROJETO DE LEI Nº 016 / 90 PMC 17 / 04 / 90


ANALISANDO O PROJETO DE LEI EM EPÍGRAFE , CONSTATAMOS QUE O MESMO SE ENCONTRA PERFEITAMENTE LEGAL SOB O ASPECTO JURÍDICO-REDACIONAL, HAVENDO PORTANTO CONDIÇÕES PARA A SUA APROVAÇÃO.

SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO, SEM RESTRIÇÕES.

É O PARECER.

CORDEIRÓPOLIS,

  
PASCHOAL FLORIVALDO ZAROS - Presidente

  
JOSE OSMAR MOMETTI - Membro

  
MILTON ANTONIO VITTE - Membro





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCO, 51 - CAIXA POSTAL 18  
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

= P A R E C E R =

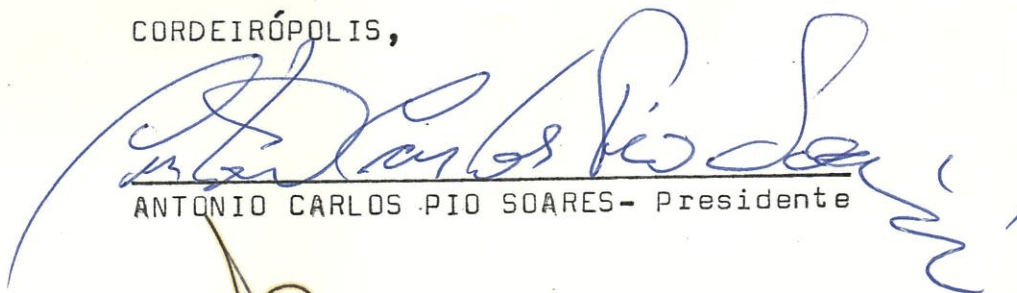
REF. PROJETO DE LEI Nº 016/90 -PMC- 17/04/90

ANALISANDO O PROJETO DE LEI EM EPÍGRAFE, CONSTATAMOS QUE O MESMO SE ENCONTRA PERFEITAMENTE LEGAL SOB O ASPECTO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, HAVENDO PORTANTO CONDIÇÕES/ PARA A SUA APROVAÇÃO.

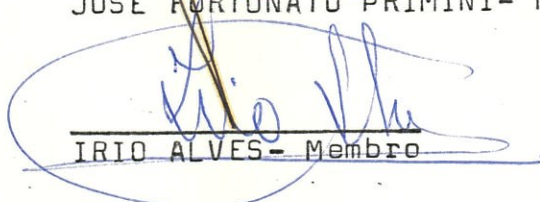
SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO, SEM RESTRIÇÕES.

É O PARECER.

CORDEIRÓPOLIS,

  
ANTONIO CARLOS PIO SOARES - Presidente

  
JOSE FORTUNATO PRIMINI - Membro

  
IRIO ALVES - Membro





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCHI, 51 - CAIXA POSTAL 18  
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

## COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

= P A R E C E R =

REF. PROJETO DE LEI Nº 016 / 90 PMC 17 / 04 / 90

ANALISANDO O PROJETO DE LEI EM EPÍGRAFE , CONSTATAMOS QUE O MESMO SE ENCONTRA PERFEITAMENTE LEGAL SOB O ASPECTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, HAVENDO PORTANTO CONDIÇÕES PARA A SUA / APROVAÇÃO.

SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO, SEM RESTRIÇÕES.

É O PARECER.

CORDEIRÓPOLIS,

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ JORENTE - Presidente

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ FORTUNATO PRIMIVINI - Membro

  
\_\_\_\_\_  
HAROLDO DE JESUS MENEZES - Membro